

**A. I. N°** - 118867.0080/02-6  
**AUTUADO** - SEIFUN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.  
**AUTUANTE** - JANETE MOTA BORGES  
**ORIGEM** - IFMT- DAT/ NORTE  
**DOE** - 14.04.03

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0115-02/03

**EMENTA:** ICMS. DIFERIMENTO. OPERAÇÃO INTERESTADUAL. MERCADORIA DESACOMPANHADA DA RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Considerando que se trata de operação impossibilitada de adoção do regime de diferimento, correspondente a venda interestadual, a legislação estabelece que a respectiva nota fiscal deve ser acompanhada de Documento de Arrecadação Estadual ou Certificado de Crédito. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 09/11/2002, refere-se a exigência de R\$17.236,80 de imposto, mais multa, tendo em vista que foi constatada a falta de recolhimento do ICMS em operação impossibilitada de adoção do regime de diferimento, cuja mercadoria encontrava-se desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

O contribuinte impugnou o Auto de Infração, apresentando inicialmente uma descrição do processo de produção, desde a entrada do pimentão fresco; carregamento dos equipamentos de corte; corte e espalhamento nas quadras de secagem; revolvimento mecânico para secagem; recolhimento mecânico do pimentão seco, chamado de páprika; separação da semente da páprika, retirada de pó e areia, prensagem e embalagem do produto prensado, sendo anexadas aos autos fotografias de todas as etapas do processo. O autuado alega em sua defesa que o produto objeto da autuação fiscal não se encontra incluído no regime de diferimento, não podendo ser enquadrado no art. 343, VI, do RICMS/97. Disse que é impossível que a mercadoria estivesse no estado “in natura” porque jamais poderia ser comercializada, embalada prensada e armazenada em caixa de papelão, tendo em vista que a mesma apodreceria. O defendente informou ainda que o autuado poderia ter utilizado certificado de crédito porque possui saldo credor acumulado resultante de exportação em montante bastante superior ao imposto devido resultante da operação, e se assim não procedeu foi devido à sua convicção de que a mercadoria fabricada não encontra-se enquadrada entre aquelas listadas no art. 2º, § 6º, do RICMS-BA. Assim, o autuado conclui que não houve má fé na conduta adotada, e na remota hipótese de a autuação prosperar, pergunta o que será feito com o imposto que já foi debitado, e assim, o autuado será condenado a pagar duas vezes pela mesma operação. Requer a improcedência do Auto de Infração, e se necessário, que seja designado fiscal estranho ao feito para verificar a veracidade das alegações trazidas aos autos.

A autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, informado que o produto objeto da autuação é PIMENTÃO VERMELHO, mercadoria enquadrada no regime de diferimento, e o contribuinte para obter fruição do benefício solicitou sua habilitação, que foi concedida, exatamente para o produto PIMENTÃO. Ressaltou que as mercadorias foram destinadas a outra Unidade da Federação, Minas Gerais, e de acordo com a legislação, o ICMS deve ser pago no

momento da saída das mercadorias, sendo que o autuado lançou corretamente a nota fiscal, mas deixou de pagar tempestivamente o imposto devido.

A autuante informou que o produto não é considerado industrializado, tendo em vista que todos os processos aos quais é submetido, conforme fotografias anexadas aos autos, estão contidos no art. 2º, parágrafo 6º, do RICMS/97, dispositivo regulamentar que não autoriza considerar o produto industrializado. Quanto ao processo de separação da semente alegado nas razões de defesa, disse que o pimentão passou por processo de secagem e prensagem, alguns inteiros e outros cortados, mas todos com sementes, conforme cópia do site e amostra retirada do veículo que transportava a carga que anexou ao PAF, fls. 62 e 63. Assim, lembrou que o pimentão não foi submetido a processo que legalmente pudesse ser considerado de industrializado e por isso, espera que o Auto de Infração seja julgado totalmente procedente.

O autuado foi intimado para tomar ciência da informação fiscal, inclusive quanto ao documento anexado aos autos pela autuante, e por isso, apresentou novas razões de defesa reiterando os termos da impugnação inicial de que não houve qualquer sonegação; que possuía saldo credor superior ao débito apurado; que a cópia do site da empresa é meramente ilustrativo objetivando promover os produtos fabricados; que jamais se utilizou do benefício de diferimento para venda do produto industrializado e a habilitação é para aquisição de pimentão “in natura” junto aos produtores rurais deste Estado. Ressaltou que jamais reconheceu em sua defesa ter cometido um erro, e que o imposto estava devidamente destacado no documento fiscal e tudo poderia ter sido esclarecido pela empresa através de contato telefônico.

## **VOTO**

O Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS relativo a operação impossibilitada de adoção do regime de diferimento, cuja mercadoria encontrava-se desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

Observo que o regime de diferimento dar-se-á quando o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre determinada operação forem adiados para uma etapa posterior de comercialização, industrialização ou consumo, atribuindo-se a responsabilidade pelo pagamento do imposto diferido ao adquirente ou destinatário da mercadoria.

Ocorrido o momento final previsto pela legislação para o diferimento, será exigido o pagamento do imposto, independentemente de qualquer ocorrência superveniente, sendo um dos motivos de interrupção do diferimento as saídas da mercadoria para outro Estado.

De acordo com a descrição do produto constante da Nota Fiscal nº 001044, fl. 09, a mercadoria objeto da autuação fiscal é PIMENTÃO VERMELHO, sendo informado nas razões de defesa que se trata de pimentão seco, chamado de páprika, e o autuado argumentou que a mercadoria não se encontra incluída no regime de diferimento, não podendo ser enquadrada no art. 343, VI, do RICMS/97. O defendente alegou que é impossível que a mercadoria estivesse no estado “in natura” porque jamais poderia ser comercializada, embalada, prensada e armazenada em caixa de papelão, e o documento fiscal foi escriturado regularmente no livro fiscal próprio.

Observo que as hipóteses de diferimento estão previstas no art. 343 do RICMS/97, sendo que no inciso VI, alínea “a”, desse artigo está incluído o pimentão destinado a industrialização, ficando definido o diferimento para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria para outra unidade da Federação. Dessa forma, se for acatada a alegação defensiva de que houve industrialização, o pagamento do imposto deveria ser efetuado na saída das mercadorias.

Entretanto, não se considera industrialização, o produto agropecuário ou extrativo que apenas tenha sido submetido a processo de secagem ou desidratação, esterilização, descaroçamento, dascascamento, lavagem e secagem, conforme art. 2º, § 6º, inciso I, alíneas “c” e “f” do RICMS/97, situação em que se enquadra a mercadoria objeto do Auto de Infração, e o autuado informou que o diferimento obtido, conforme informações à fl. 64 dos autos, é para as aquisições do pimentão “in natura”.

Entendo que a saída da mercadoria objeto da autuação não pode ser com a adoção do regime de diferimento, e a legislação estabelece que o imposto deve ser lançado pelo contribuinte sempre que a saída for efetuada em circunstância em que não seja possível adotar o mencionado regime, a exemplo da saída das mercadorias para outra unidade da Federação, como é o caso em exame (art. 347, inciso II, alínea “a”, do RICMS/97).

De acordo com o § 1º, inciso I, alínea “a”, do art. 348, do citado RICMS/97, deveria ser anexado o documento de arrecadação ao documento fiscal que acobertava o transporte da mercadoria, e em caso de existência de crédito fiscal acumulado pelo contribuinte, o autuado deveria requerer à repartição fiscal a expedição de Certificado de Crédito, conforme previsto na legislação, o que não foi cumprido pelo autuado.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, tendo em vista que está caracterizada a infração apontada, sendo devido o imposto apurado conforme demonstrativo de débito de fl. 04 do presente processo.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 118867.0080/02-6, lavrado contra **SEIFUN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$17.236,80**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de abril de 2003.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR